



Ministério da Educação

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 2/2021

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 15/2020
PROCESSO Nº 23000.001655/2020-52

A União, representada pelo Ministério da Educação, por intermédio da Subsecretaria de Assuntos Administrativos da Secretaria Executiva, CNPJ nº **00.394.445/0003-65**, sediada na Esplanada dos Ministérios, Bloco "L", Anexo I, 3º andar, em Brasília, neste ato representada pelo Subsecretário de Assuntos Administrativos, **RICARDO AUGUSTO RIBEIRO DE SOUZA**, brasileiro, RG nº 3[REDACTED]4, expedida pelo MD/DF, inscrito no CPF/MF sob o número 0[REDACTED]-57, residente e domiciliado nesta Capital, nomeado pela Portaria nº 1.413 da GM/MEC, de 16 de outubro de 2020, publicada no Diário Oficial da União de 19 de outubro de 2020, consoante delegação de competência consubstanciada na Portaria nº 849, do Ministro de Estado da Educação, de 22 de abril de 2019, publicada no Diário Oficial da União de 23 de abril de 2019, **RESOLVE REGISTRAR OS PREÇOS**, visando a aquisição de material permanente (mobiliário e equipamentos) para atendimento às unidades administrativas do Ministério da Educação – Subsecretaria de Assuntos Administrativos - UASG nº 150002, no **PREGÃO ELETRÔNICO PARA REGISTRO DE PREÇOS Nº 15/2020**, tipo MENOR PREÇO POR ITEM, conforme consta dos autos do Processo nº 23000.001655/2020-52, regido na Lei nº 10.520, de 7 de julho de 2002; no Decreto nº 5.450, de 31 de maio de 2005; no Decreto nº 7.892, de 23 de janeiro de 2013, que regulamenta o Sistema de Registro de Preços; na Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990, que dispõe sobre a defesa do consumidor; e aplicando-se subsidiariamente, no que couber, a Lei nº 8.666, 21 de junho de 1993, com suas alterações subsequentes:

BELCHAIR COMÉRCIO DE MÓVEIS EIRELI, inscrita no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica – CNPJ nº 29.209.847/0001-62, sediada na Rua Angelina Micheilon 285, Sala 06, Bairro Cristo Redentor, Caxias do Sul /RS, neste ato representada pelo seu Diretor Sr. **GILBERTO PERINI**, brasileiro, casado, Portador da Carteira de Identidade nº 1[REDACTED]7, expedida pela SSP-DI/RS, CPF nº 5[REDACTED]-34, residente e domiciliado em Caxias do Sul/RS.

1. CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

1.1. A presente Ata tem por objeto a eventual aquisição de material permanente (mobiliário e equipamentos) para atendimento às unidades administrativas do Ministério da Educação – Subsecretaria de Assuntos Administrativos - UASG nº 150002, como Órgão Gerenciador, e de Órgãos Participantes, conforme condições, quantidades, exigências e estimativas contidas no Termo de Referência, Edital do Pregão Eletrônico nº 15/2020, conforme abaixo demonstrado:

1.2. Na planilha abaixo consta o preço registrado, as especificações do objeto, a quantidade, fornecedor e as demais condições ofertadas na proposta.

ITEM	DESCRIÇÃO	UNIDADE DE FORNECIMENTO	QUANTIDADE						VALORES		
			150002 - MEC BRASILIA-DF	160056 - 2º CENTRO DE GEOINFORMAÇÃO	160064 - COLEGIO MILITAR DE BRASILIA/MEX/DF	160083 - ESTABELC.GEN GUSTAVO CORDEIRO FARIAS-MEX-DF	160186 - BASE DE ADMINISTRACAO DO QGEX	926015 - POLÍCIA CIVIL DO DISTRITO FEDERAL	TOTAL DE ITENS	UNITÁRIO R\$	TOTAL R\$
15	POLTRONA TIPO PRESIDENTE ESPALDAR ALTO – assento e encosto independentes, estofados com espuma de poliuretano injetado com no mínimo 50 mm de espessura, de forma anatômica para apoio da lombar, de densidade controlada de aproximadamente 45Kg/cm3 . Revestimento em tecido crepe poliéster na cor preta;	Unidade	500	0	50	10	112	0	672	644,89	433.366,08

contracapas de proteção em polipropileno integral texturizado para assento e encosto. Braços fechados em poliuretano pele integral, com alma interna de aço e regulagem de altura em pelo menos 5 posições. Cada apoia braço deve ter área de aço para apoio da estrutura e da carga esperada de no mínimo 2,5cm². Mecanismos sincronizados de livre flutuação para regulagem de inclinação do conjunto assento e encosto com travamento em pelo menos 04 posições, com regulagem de tensão do mecanismo. Regulagem automática de altura do encosto com no mínimo 05 posições carenado em polipropileno. Altura do assento regulável por sistema pneumático a gás com mola amortecedora de alta resistência para aliviar o impacto brusco da coluna ao sentar e blindagem telescópica para total proteção dos mecanismos. Pé com 05 pás em aço pintado em epóxi, cor preta, com perfil de proteção em polipropileno e rodízio duplos em nylon; Assento com largura e profundidade de no mínimo 45 cm; Encosto largura mínima 48 cm, altura mínima 50 cm. A altura do nível mais alto do assento (provida pela distensão do mecanismo a gás

e mola de regulagem de altura) deve atingir no mínimo 51 cm a partir do chão; Assento com regulagem de profundidade; O licitante deverá apresentar Certificado de conformidade com a NBR 13962, emitido por laboratório de ensaios da RBLE – Rede Brasileira de Laboratórios e ensaios - INMETRO. Garantia mínima de 5 anos.										
--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--

Subcláusula Única – Integram o presente instrumento, independentemente de transcrição, a Proposta da CONTRATADA, o Edital do Pregão Eletrônico nº 15/2020, e demais elementos constantes no Processo nº 23000.001655/2020-52.

2. CLÁUSULA SEGUNDA – DA VIGÊNCIA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

2.1. O prazo de validade da Ata de Registro de Preços será de 12 (doze) meses a contar de sua assinatura, conforme dispõe o art. 12 do Decreto nº 7.892, de 23 de janeiro de 2013.

3. CLÁUSULA TERCEIRA – DO CADASTRO RESERVA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

3.1. Está estabelecido, no Anexo I desta Ata, o registro dos licitantes que aceitaram cotar os bens ou serviços com preços iguais ao do licitante vencedor na sequência da classificação do certame.

3.2. A ordem de classificação, disposta no inciso anterior, será respeitada quando da necessidade de realização das contratações.

3.3. A classificação a que se referem os itens 3.1 e 3.2 respeitará a ordem da última proposta apresentada durante a fase competitiva da licitação.

3.4. As contratações as quais se referem esta cláusula serão formalizadas no caso de exclusão do licitante detentor da ata, nas hipóteses previstas na cláusula de cancelamento dos preços.

3.5. Quando da adaptação do sistema do Portal de Compras do Governo Federal, serão registrados os preços com a indicação dos fornecedores.

4. CLÁUSULA QUARTA – DA ASSINATURA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

4.1. A adjudicatária será convocada para, no prazo de 03 (três) dias úteis, contados da data de recebimento da convocação, assinar a Ata de Registro de Preços via assinatura externa no SEI.

4.2. O prazo para assinatura da Ata de Registro de Preços poderá ser prorrogado por igual período, desde que solicitado por escrito, durante seu transcurso, e mediante motivo justificado e aceito pela Administração.

4.3. Na hipótese de não assinatura no prazo determinado via SEI da Ata de Registro de Preços, de recusa em fazê-lo, ou quando o proponente não apresentar situação regular no ato da assinatura da Ata de Registro de Preços, fica facultado ao Ministério da Educação, desde que haja conveniência, proceder à adjudicação à licitante que obtiver a melhor classificação, pela ordem, sem prejuízo da aplicação das penalidades cabíveis da Lei nº 8.666/93, Decreto nº 10.024/2019 e da Lei nº 10.520/02.

4.4. A adjudicatária que, convocada, não proceder com a assinatura da Ata de Registro de Preços, via SEI, estará sujeita à aplicação das penalidades previstas nas Leis nº 8.666/93 e 10.520/02.

5. CLÁUSULA QUINTA – DA CONTRATAÇÃO

5.1. A contratação será formalizada pelo órgão interessado por intermédio de instrumento contratual, emissão de nota de empenho de despesa, autorização de compra ou outro instrumento hábil, conforme o disposto no art. 62 da Lei 8.666/1993, e definido no Termo de Referência ou Projeto Básico.

5.2. Deverá ser respeitada, quando da formalização do instrumento contratual ou correlatos, a vigência estabelecida no instrumento convocatório.

5.3. O contrato decorrente do Sistema de registro de Preços deverá ser assinado no prazo de validade desta Ata.

6. **CLÁUSULA SEXTA – DOS ACRÉSCIMOS E SUPRESSÕES**

6.1. É vedado efetuar acréscimos nos quantitativos fixados pela Ata de Registro de Preços, inclusive o acréscimo de que trata o §1º do art. 65 da Lei 8.666/1993. (§1º do art. 12 do Decreto nº 7.892/2013).

6.2. Os contratos firmados decorrentes desta Ata de Registro de Preços poderão ser alterados, observado o disposto no art. 65 da Lei nº 8.666/1993.

7. **CLAUSULA SÉTIMA – DA REVISÃO DOS PREÇOS**

7.1. A Ata de Registro de Preços poderá sofrer alterações nos preços registrados, em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos serviços ou bens registrados, cabendo ao MEC promover as negociações junto aos fornecedores, observadas às disposições contidas na alínea “d” do inciso II do *caput* do art. 65 da Lei nº 8.666/1993.

7.2. Na ocorrência do preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado por motivo superveniente, o MEC convocará os licitantes para negociarem a redução dos preços aos valores praticados no mercado.

7.2.1. Será respeitada a ordem de classificação, prevista na cláusula terceira, dos licitantes que aceitarem reduzir seus preços aos valores de mercado.

7.3. Os licitantes que não aceitarem reduzir seus preços aos valores praticados pelo mercado serão liberados do compromisso assumido, sem aplicação de penalidade.

7.4. Na ocorrência dos preços registrados na Ata tornarem-se inferiores aos praticados pelo mercado e o licitante não puder cumprir o compromisso, o MEC poderá:

7.4.1. Liberar o licitante do compromisso assumido, caso a comunicação ocorra antes do pedido de fornecimento, e sem aplicação da penalidade, se confirmada a veracidade dos motivos e comprovantes apresentados; e

7.4.2. Convocar os demais licitantes, registrados em cadastro reserva, para assegurar igual oportunidade de negociação.

7.5. Não havendo êxito na negociação, o MEC procederá à revogação da ata de registro de preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção da contratação mais vantajosa.

8. **CLAUSULA OITAVA – DO CANCELAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS**

8.1. A Ata de Registro de Preços poderá ser cancelada quando o licitante:

8.1.1. Descumprir as condições estabelecidas nesta Ata;

8.1.2. Não retirar a nota de empenho ou instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, sem justificativa aceitável;

8.1.3. Não aceitar reduzir os preços registrados, na hipótese destes se tornarem superiores àqueles praticados no mercado; ou

8.1.4. Sofrer sanção prevista nos incisos III ou IV do *caput* do art. 87 da Lei nº 8.666/1993 ou no art. 7º da Lei nº 10.520/2002.

8.2. O cancelamento do Registro de Preços, nas hipóteses previstas nos itens 8.1.1, 8.1.2 e 8.1.4, será formalizado por despacho do MEC, assegurado o contraditório e ampla defesa.

8.3. O cancelamento do registro de preços poderá ocorrer também por fato superveniente, decorrente de caso fortuito ou força maior, que prejudique o cumprimento da ata, devidamente comprovado e justificado:

8.3.1. Por razão de interesse público; ou

8.3.2. A pedido do fornecedor.

9. **CLAUSULA NONA – DA COMPETÊNCIA DO ÓRGÃO GERENCIADOR (MEC)**

9.1. Compete ao órgão gerenciador:

9.1.1. Gerenciar a Ata de Registro de Preços;

9.1.2. Providenciar a assinatura desta Ata e o encaminhamento de sua cópia aos órgãos ou entidades participantes;

9.1.3. Providenciar a indicação dos fornecedores para atendimento às demandas, observada a ordem de classificação e os quantitativos de contratação definidos;

9.1.4. Conduzir eventuais renegociações dos preços registrados; e

9.1.5. Aplicar, garantida a ampla defesa e o contraditório, as penalidades decorrentes do descumprimento do pactuado na Ata de Registro de Preços ou do descumprimento das obrigações contratuais, em relação às suas próprias contratações.

10. **CLAUSULA DÉCIMA – DA COMPETÊNCIA DOS ÓRGÃOS PARTICIPANTES**

10.1. Compete aos órgãos participantes:

10.1.1. Tomar conhecimento da ata de registro de preços, inclusive de eventuais alterações, para o correto cumprimento de suas disposições; e

10.1.2. Aplicar, garantida a ampla defesa e o contraditório, as penalidades decorrentes do descumprimento do pactuado na Ata de Registro de Preços ou do descumprimento das obrigações contratuais, em relação às suas próprias contratações, informando as ocorrências ao MEC.

11. **CLAUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DOS DEVERES DO LICITANTE VENCEDOR**

11.1. Compete ao licitante vencedor:

11.1.1. Cumprir todas as regras acerca da execução ou aquisição do objeto, da fiscalização, das obrigações, pagamentos e demais disposições previstas no Edital e seus Anexos.

12. **CLAUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DA UTILIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS**

12.1. Desde que realizado estudo e devidamente demonstrado o ganho de eficiência, a viabilidade e a economicidade, esta Ata de Registro de Preços, durante sua vigência, poderá ser utilizada por qualquer órgão ou entidade da administração pública federal que não tenha participado do certame licitatório, mediante concordância por parte do MEC.

12.2. Os órgãos ou entidades não participantes, quando desejarem fazer uso desta Ata de Registro de Preços, deverão consultar o MEC para manifestação sobre a possibilidade de adesão.

12.3. As autorizações de adesões desta Ata não poderão exceder, por órgão ou entidade, a cinquenta por cento dos quantitativos dos itens do instrumento convocatório e registrados na ata de registro de preços para o órgão gerenciador e para os órgãos participantes., respeitado os termos do inciso V desta cláusula.

12.4. Os quantitativos decorrentes das adesões desta Ata não excederão, ao dobro do quantitativo de cada item registrado na ata de registro de preços para o órgão gerenciador e para os órgãos participantes, independentemente do número de órgãos não participantes que aderirem.

12.5. Caberá ao licitante, observadas as condições estabelecidas nesta Ata, optar pela aceitação ou não da adesão, desde que não prejudique as obrigações presentes e/ou futuras decorrentes desta Ata, assumidas tanto com o MEC quanto com os órgãos participantes.

12.6. Após a autorização do MEC, o órgão não participante deverá efetivar a aquisição ou contratação solicitada, em até 90 (noventa) dias, observado o prazo da vigência da ata.

12.7. É de competência do órgão ou entidade que aderiu à ata, os atos relativos à cobrança do cumprimento pelo licitante das obrigações contratualmente assumidas e a aplicação, observada a ampla defesa e o contraditório, de eventuais penalidades decorrentes do descumprimento de cláusulas contratuais, em relação às suas próprias contratações, informando as ocorrências ao MEC.

12.8. Esta Ata poderá ser aderida por órgãos ou entidades municipais, distritais ou estaduais.

13. **CLAUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DAS SANÇÕES**

13.1. O licitante que inadimplir as obrigações assumidas nesta Ata, no todo ou em parte, ficará sujeito às sanções e ao pagamento de multas previstas, conforme o caso, no Edital e no Termo de Referência.

14. **CLAUSULA DÉCIMA QUARTA – DISPOSIÇÕES GERAIS**

14.1. Esta Ata de Registro de Preços implica compromisso de fornecimento nas condições aqui estabelecidas, bem como no Edital e seus anexos, depois de cumpridos os requisitos de publicidade.

14.2. A existência de preços registrados não obriga o MEC a contratar, facultando-se a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, assegurada preferência ao fornecedor registrado em igualdade de condições.

15. **DO FORO**

15.1. É competente o Foro da Justiça Federal, Seção Judiciária de Brasília – DF, para dirimir quaisquer questões decorrentes da utilização da presente Ata de Registro de Preços.

15.2. E por estarem justas e compromissadas, assinam a presente Ata, para todos os fins de direito, as partes e as duas testemunhas abaixo, que a tudo assistiram.

RICARDO AUGUSTO RIBEIRO DE SOUZA
Subsecretário de Assuntos Administrativos



Documento assinado eletronicamente por **GILBERTO PERINI, Usuário Externo**, em 12/01/2021, às 08:24, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento da Portaria nº 1.042/2015 do Ministério da Educação.



Documento assinado eletronicamente por **Ricardo Augusto Ribeiro de Souza, Subsecretário(a)**, em 12/01/2021, às 10:29, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento da Portaria nº 1.042/2015 do Ministério da Educação.



Documento assinado eletronicamente por **Ellen Cristina Santos Gonçalves, Chefe de Divisão**, em 12/01/2021, às 10:39, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento da Portaria nº 1.042/2015 do Ministério da Educação.



Documento assinado eletronicamente por **Reynaldo Leone Duraes De Jesus, Chefe de Serviço**, em 12/01/2021, às 10:40, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento da Portaria nº 1.042/2015 do Ministério da Educação.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site http://sei.mec.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **2435034** e o código CRC **20431C0C**.

TESTEMUNHAS

Nome: Ellen Cristina Santos Gonçalves
RG nº: 2. [REDACTED] SSP/DF
CPF nº: 0 [REDACTED] -32

Nome: Reynaldo Leone Durães de Jesus
RG nº: 4. [REDACTED] SSP/DF
CPF nº: 0 [REDACTED] -10

ANEXOS À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

CADASTRO DE RESERVA

ITEM 15

ORDEM DE CLASSIFICAÇÃO	FORNECEDOR	CNPJ
1º	TECNO2000 INDUSTRIA E COMERCIO LTDA	21.306.287/0001-52